

AS DISPUTAS PELA TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ:

os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX

LAS DISPUTAS POR LA TIERRA EN SUDOESTE DE PARANÁ: los conflictos de los años 50 y 80 del siglo XX

Elir Battisti

Prof. do ISF – Instituto *Sapientia* de Filosofia,
e FESC – Fundação de Ensino Superior de Clevelândia.
E-mail: elirbat@hotmail.com.

Resumo: Situada na confluência da História, da Geografia, da Sociologia e da Antropologia, esta pesquisa recupera e reflete a organização e luta fundiária dos camponeses, na região Sudoeste do Paraná em dois períodos distintos - anos 50 e 80 -, mas correlacionados. Trata-se de uma região que ganhou projeção nacional, não apenas pela peculiaridade dos padrões de colonização e organização produtiva, mas também por desenrolar-se num espaço em disputa entre projetos governamentais e empresariais. A pesquisa inova ao incorporar discussão teórica recente oriunda inclusive de outros campos disciplinares sobre as organizações, compreendidas em sua dimensão cultural, o que permite tratar de questões complexas como a do imaginário e da identidade coletiva.

Palavras-chave: conflitos fundiários, movimentos sociais, mulher camponesa, Sudoeste do Paraná.

Resumen: Situada en la confluencia de la Historia, de la Geografía de la Sociología y de la Antropología, esta investigación recupera y refleja la organización y la lucha campesina en la región Sudoeste de Paraná en dos períodos distintos - años 50 y 80 – más correlacionados. Trátase de una región que ha logrado dimensiones nacionales, no sólo por la peculiaridad de los patrones de la colonización productiva, pero también por desarrollarse en un espacio de disputa entre los proyecto gubernamentales y empresariales. La investigación presenta innovaciones al incorporar discusiones teóricas recientes provenientes incluso de otras áreas disciplinares sobre las organizaciones, comprendidas en su dimensión cultural, lo que nos ha permitido tratar de cuestiones complejas como de lo imaginario y de la identidad colectiva.

Palabras llave: conflictos fundiarios - movimientos sociales - la mujer campesina - Sudoeste de Paraná.

Introdução

A história do Sudoeste do Paraná está intimamente vinculada à luta pela terra, concebida pela elite como fonte de poder (político/econômico) e pelos camponeses como espaço de trabalho e de relações, orientado para a produção e reprodução da vida biológica e social.

Essas diferentes concepções em relação ao papel que é atribuído à terra estiveram na origem dos conflitos surgidos do confronto de interesses entre os diversos grupos sociais. A luta pela posse da terra, no Sudoeste, tem dois marcos fundamentais: a Revolta de 1957¹ e os conflitos da década de 1980. A primeira confrontou o “capital comercial, envolvido com a comercialização de títulos de terra e da madeira”, com os agricultores familiares - ou camponeses posseiros - e moradores urbanos. O segundo confrontou os “agricultores familiares, minifundistas e sem terra, com o capital industrial e comercial, principalmente das áreas da madeira e da pecuária”. (VERONESE, 1998, p. 69-70).

Na realidade, o que se delineava no Sudoeste era a luta permanente entre os dois pólos extremos do processo de ocupação do território brasileiro: de um lado, o monopólio fundiário, de outro, a divisão da terra em pequenas propriedades. “A fronteira da colonização mostrava-se o terreno ideal para esse confronto”. (FERES, 1990, p. 508).

A Revolta de 1957 ocorreu num contexto agrário nacional onde predominava a inércia de um governo de orientação economicista e tecnocrática, denunciado por segmentos expressivos da Igreja Católica, intelectuais, estudantes, operários e a própria imprensa.

No Sudoeste do Paraná, resolvidas as questões da posse da terra através de conflito aberto, inclusive armado, entre agricultores e empresas colonizadoras, iniciou-se o processo de modernização da agricultura que se constituiu, basicamente, na mudança da base tecnológica orientada pelo capital industrial. Este, a partir da cidade, absorve e recria o campo com outros significados, transformando a “produção agrícola em um setor da produção industrial subordinada aos seus imperativos e submetida às suas exigências” (IANNI, 2004, p. 48).

Desta forma, a modernização no campo apresentou-se ao mesmo tempo como um

elemento desestruturador e estruturador de relações sociais, pois significou uma nova composição de forças a partir da qual emergiu o “sem-terra” (GOMES, 2001, p. 41).

Em 1984 e 1985, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), já estruturado e atuante em nove municípios da região, coordenou grandes manifestações - atos públicos e passeatas -, seguidas de ocupações de terra e acampamentos, envolvendo 1.881 famílias de sem terra - em torno de 10 mil pessoas.

Os sem terra, na busca de seu “espaço vital”, enfrentam o Estado e os latifundiários, resistindo em acampamentos improvisados durante meses e, até, anos.

Fruto do movimento crescente no Sul do país, em janeiro de 1984, o estado do Paraná sediou o Encontro Nacional de Fundação do Movimento dos Sem Terra (MST) e o I Congresso Nacional do MST que contou com delegados de 23 estados do país. Esse Congresso definiu o lema: *Ocupar é a única solução*.

No presente artigo, buscaremos refletir sobre os movimentos pela posse e uso da terra desencadeados no Sudoeste do Paraná no final dos anos 1950 - Revolta de 1957 - e em meados dos anos 1980 - ocupações, acampamentos e assentamentos do MASTES/MST - procurando enfatizar os aspectos históricos, geográficos, sociológicos e antropológicos.

Trabalhamos na perspectiva de conceber os camponeses como um grupo social distinto, fruto do processo contraditório do desenvolvimento capitalista e não como personagens de um universo pré-capitalista.

O presente texto destaca o significado, a complexidade e a abrangência das lutas, considerando o confronto de concepções e as influências destas na organização dos projetos de intervenção e no comportamento das bases dos movimentos sociais da região. Aborda também as mudanças de paradigmas ocorridas no interior das instituições e movimentos, caracterizando fases distintas.

Esta abordagem, muito mais que analisar fatos ou conseqüências, busca entender a realidade historicamente contraditória do processo de ação e luta no meio social do Sudoeste paranaense.

Adotamos uma perspectiva inovadora na medida em que, de um lado, destacamos a importância decisiva da mulher camponesa do Sudoeste nas lutas e, de outro, incorporamos aspectos do imaginário e da cultura organizacional, compreendendo a identidade social como uma construção multifacetada e dinâmica.

O trabalho é fruto de observações diretas, fontes primárias produzidas por igrejas, ongs, movimentos sociais e órgãos de imprensa. Contudo, nossa preocupação com a comprovação empírica não permitiu descuidar no levantamento da bibliografia pertinente à temática. Para tanto, usamos como base obras de autores do porte de Wanderley (1996), Martins (1994), Feres (1990), Linhares (1999), Oliveira (1991), Hespanhol (1997), Wachovicz (1987), Saquet (1997), Gomes (2001), entre outros.

Orientados por essa visão metodológica, procuramos mostrar como os movimentos sociais foram construindo o conceito de cidadania na tensão prática/teoria, isto é, a partir da ação local e de influências de referenciais teórico-ideológicos a que se filiaram.

Por fim, o trabalho resgata uma história regional pouco conhecida, mas importante não apenas pela peculiaridade dos padrões de colonização e organização produtiva, mas também pelo papel que desempenhou na germinação de um movimento político que ganhou dimensão nacional.

A revolta de 1957

O contexto da Revolta de 1957 é marcado, a nível nacional, por novas formas de exploração capitalista no campo, manifestando-se nos vários aspectos que compõem a realidade brasileira. É nesse período que a produção agrícola começa a ter na agroindústria seu primeiro mercado.

Para entendermos este movimento, precisamos retornar ao início da colonização da região, cujo marco é a criação do Território Federal do Iguacu e a instalação da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), no início da década de 1940, projetados para promover a colonização dirigida ao longo da fronteira com a Argentina.

Com a CANGO, ganhou impulso o fluxo de migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em quantidade muito maior que a capacidade de atendimento da colonizadora; em 1950, a Colônia contava com 7.147 pessoas, enquanto a região totalizava 76.373 habitantes. Em 1956, a CANGO contava com 15.284 pessoas e uma fila de 8.804 famílias à espera de assentamento. Nesse período, a população regional já havia ultrapassado os 200 mil habitantes².

Ao vir maciçamente à região em busca de melhores condições de vida, os colonos gaúchos e catarinenses não imaginavam quanta dor e sofrimento teriam ainda pela frente antes de concretizarem seus sonhos.

A disputa pelas terras do Sudoeste agravou-se depois da vitória jurídica de José Rupp³, em 1945, numa ação iniciada dezoito anos antes, contra a empresa *Brazil Railway Co.*, que não lhe pagara os dormentes fornecidos. Como a *Brazil Railway Co.* havia sido encampada pelo governo Federal em 1940, o crédito de Rupp era junto ao Poder Público Federal. Frustradas várias tentativas de acordo, Rupp aliou-se a Mário Fontana, amigo do Governador Lupion, que exercia influência junto ao Governo Federal, criando a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) com a finalidade de colonizar o Sudoeste. Mais tarde, Fontana comprou os direitos de Rupp⁴ e, por influência de Lupion, numa operação ilegal, em 1950, a CITLA adquiriu as Glebas “Missões” e “Chopim” do Governo Federal, através da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU)⁵. O valor declarado da transação entre a CITLA e a SEIPU foi de 10 milhões de cruzeiros. “Era uma importância ínfima, por uma área quatro vezes maior do que o então Distrito Federal, possuidora de inúmeros recursos hidrelétricos e detentora da maior reserva de pinheiros do Brasil, calculada em 3 milhões de árvores adultas” (WACHOVICZ, 1987, p. 151).

A escritura passada à CITLA referia-se a 475.200 ha. e incluía o território da CANGO, com mais de 3 mil colonos assentados, além das sedes dos distritos de Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema. A área possuía a maior reserva de pinheiros adultos do Brasil, com mais de 3 milhões de árvores prontas para a industrialização, milhões de árvores de madeiras de lei e uma quantidade incalculável de erva-mate exploráveis imediatamente (FERES, 1990, p. 505-6).

A oposição estadual, liderada pelo PTB, denunciou a negociata, obtendo grande repercussão na imprensa nacional. Em função disso, o Tribunal de Contas da União negou o registro da escritura à CITLA, alegando inconstitucionalidade⁶.

Diante disso, o Conselho de Segurança Nacional passou ofício a todos os Cartórios da região proibindo o registro da escritura da CITLA. Para sustentar a negociata, o Governo Lupion criou um Cartório de Registro de Títulos e Documentos em Santo Antônio do Sudoeste, no qual a escritura pôde ser devidamente registrada, antes que o ofício chegasse.

Ressaltamos que o elevado nível de tensão existente entre os poderes estadual e federal foi motivado por uma lógica político-partidária e também econômica. Por outro lado, é necessário considerar que a contenda do Sudoeste, comparativamente ao momento atual, revelava uma independência muito maior do estado em relação à União.

Quando a oposição - PTB e UDN - assumiu o poder estadual, em 1951, o Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, através de portaria, proibiu as coletorias estaduais de expedirem a *Sisa*⁷ para as transações da CITLA na região. Sem esse documento, as vendas de terras realizadas pela mesma não podiam ser registradas em Cartório. Desta forma, o governo estadual, tentou impedir a grilagem. Por outro lado, políticos locais, vinculados a estes partidos, afinados com o projeto de Vargas para a região, incentivaram a migração de gaúchos e estimularam os colonos a não assinarem e nem pagarem nada à CITLA, que pressionou com jagunços. Os colonos, buscando legitimar as posses e viabilizar a produção, derrubaram os pinheiros, inviabilizando o projeto de Fontana para a região. Sem apoio, este abandonou a idéia da fábrica de celulose e passou a vender as terras⁸.

Para Feres, o que se delineava no Sudoeste, era a luta permanente entre os dois pólos extremos do processo de ocupação do território brasileiro: de um lado o monopólio fundiário, de outro a divisão da terra em pequenas propriedades. “A fronteira da colonização mostrava-se o terreno ideal para esse confronto” (FERES, 1990, p. 508).

Lupion voltou ao governo em 1956 e, por pressão dos financiadores de sua campanha, obrigou Fontana a ceder parte da Gleba Missões às empresas colonizadoras "Comercial e Agrícola Paraná Ltda." e "Apucarana Ltda.". Estas, segundo o Senador Othon Maeder, para forçar os colonos a assinarem a confissão de dívida das terras, recrutaram criminosos profissionais; parte oriunda das regiões Sudoeste e Norte do Paraná e os demais da Argentina e do Paraguai (WACHOVICZ, 1987, p. 32).

Segundo o Senador Othon Maeder, à disposição dos bandidos estavam revólveres, metralhadoras e *jeeps* preparados para o “serviço” de matar, assaltar, surrar e o que mais precisasse fazer, com bons capangas e respectivo motorista (MAEDER, 1958, p. 32).

O Senador contabilizou 14 mortos, 2 desaparecidos e 47 vítimas de espancamentos, sevícias, mutilações, estupro, assaltos, saques, incêndios, extorsões. Segundo o autor, esses crimes ficaram geralmente impunes, pois as autoridades não tinham interesse em descobrir os assassinos para não puni-los. Esta “é a razão porque,

nos cartórios daquelas regiões, não há prova de que hajam sido mortos posseiros ou colonos”⁹.

O envolvimento de autoridades com o crime é confirmado por Wachovicz (1987, p. 172): “autoridades do governo do Estado colaboraram nesse esquema. Nas delegacias de polícia da região Sudoeste, foram colocados delegados submissos, que acatavam inclusive ordens emanadas dos gerentes das companhias”.

Tal situação não poderia ser mais contundente em termos do desmascaramento do discurso político da classe hegemônica de que o Estado equivalia a uma instância superior e autônoma para intermediar as relações entre as classes e grupos sociais na perspectiva de garantir o bem estar a todos.

Enquanto os jagunços, que se encontravam à serviço das companhias colonizadoras, agiam violentamente contra os posseiros, cometendo todo tipo de atrocidades contra eles - espancando, estuprando, queimando casas e matando animais e familiares seus -, o Estado, nas suas instâncias local e estadual, por ação das forças políticas favoráveis à grilagem praticada na região, era conivente com a violência¹⁰.

Na esfera federal, o Estado industrializante mantinha-se distante, omissos em relação aos problemas fundiários; Juscelino Kubitschek não tomou providências quando recebeu, em 7/04/57, dos colonos Rosalino Albano da Costa¹¹ e Augusto Pedro Pereira um abaixo-assinado subscrito por mais de 2 mil pessoas que denunciava a violência das companhias e o envolvimento da polícia.

Na tentativa de se defender dos jagunços, muitos colonos aliaram-se a bandidos e também praticaram arbitrariedades. Conta Wachovicz (1987, p. 175) que colonos da fronteira - da localidade de Capanema - pediram a ajuda de Pedro Santin, um conhecido valentão da região que ganhava a vida na oportunidade, contrabandeando gado argentino para açougues da região. Este reuniu 11 colonos e atacou o escritório da Colonizadora Apucarana na localidade de Lajeado Grande. Cercou o escritório e ateou fogo. Os que iam pulando para fora eram eliminados.

Na luta entre os colonos posseiros e os jagunços da Apucarana, na região da fronteira, um dos acontecimentos de maior repercussão e que desencadeou o levante foi o *assalto à caminhonete*, ocorrido no dia 14 de setembro de 1957, no quilômetro 17 da estrada Santo Antônio a Lajeado Grande. Alertados sobre uma emboscada, os chefes da colonizadora desistiram de ir a uma reunião, mandando apenas o motorista e um

jagunço com a ordem de darem carona a quem estivesse na estrada. A emboscada do grupo de Santin concretizou-se, ocorrendo a morte de sete pessoas. Os colonos mataram cinco de seus pares. “Um dos atacantes inclusive participou do assassinato de seu próprio pai, que havia pedido carona”. (WACHOVICZ, 1987, p. 175).

A situação dos colonos era desesperadora. O discurso do senador Othon Maeder, em dois de outubro de 1957, historiando os principais acontecimentos do Sudoeste teve repercussão nacional. Os principais jornais e revistas do país começaram a enviar repórteres e fotógrafos para a região. Os políticos opositores resolveram agir. (WACHOVICZ, 1987, p. 190).

Começam, então, os conflitos, culminando no movimento de massa conhecido por *Revolta Camponesa, Levante dos Possesiros* ou *Revolta dos Colonos*, em 10 de outubro de 1957, quando milhares de colonos possesiros pegaram em armas e apoderaram-se dos principais municípios do Sudoeste do Paraná, expulsando e substituindo as autoridades constituídas¹².

O Sr. Walter Pecoits, médico, empresário das comunicações e membro do PTB, demonstrou grande capacidade de intermediação para a solução dos conflitos sem derramamento de sangue. Por isso, terminado o levante, foi nomeado delegado de Francisco Beltrão pela autoridade estadual, sendo, posteriormente, eleito prefeito e deputado estadual até ser cassado pelo regime militar em 1964.

Para Veronese (1998, p. 71), a iniciativa e a organização da Revolta foi obra dos colonos possesiros, a partir da constatação da ausência de uma ação do Estado para efetivá-los como proprietários legais das terras que vinham explorando. No entender de Boneti (2005, p. 119), os comerciantes - segmento sócio-político e econômico dominante -, assumiram as funções de divulgação, orientação, organização e liderança do movimento. Segundo Wachovicz, os planejadores do *Levante* e expulsão das companhias colonizadoras, foram Edu Potyguara Bublitz¹³ e o Senador opositor Othon Maeder (UDN). Para esse autor (1987, p. 190), a intenção dos planejadores da revolta era provocar a intervenção Federal no Paraná, derrubando Lupion – considerado conivente com a situação - e expulsando as companhias colonizadoras.

Parece claro que os possesiros receberam apoio decisivo de comerciantes e profissionais liberais, vinculados a grupos econômicos e/ou partidos de oposição ao governador, entretanto os possesiros assumiram a revolta porque concebiam a

propriedade da terra como espaço de trabalho e relações, orientado para garantir a produção e a reprodução da vida e não como fonte de poder, especulação ou acumulação.

Na esfera federal, Juscelino Kubitschek aparentava aspirar por mudanças na estrutura agrária, de modo a garantir o abastecimento dos centros urbanos em franco crescimento e a melhoria das condições de vida da população pobre do meio rural, tão abandonada pelas políticas oficiais desde sempre. Contudo, suas ambições políticas futuras o deixavam imobilizado pelo seu próprio partido, o PSD – fortemente identificado com o clientelismo rural e as oligarquias -, a quem não queria desagradar. Os votos do PSD do Paraná precisavam ser preservados para a eleição de 1960, segundo Wachovicz (1987, p. 212).

A orientação economicista e tecnocrática e a inércia de Juscelino Kubitschek foi denunciada por segmentos expressivos da Igreja Católica, intelectuais, estudantes, operários, a própria imprensa, além de uma ala jovem de políticos que, nesse contexto, passaram a assumir uma atitude mais ativa e direta na discussão sobre a miséria das massas brasileiras - sobretudo camponesas - e sobre as formas de se lutar contra essa miséria. Pela primeira vez, a sociedade brasileira passou a demonstrar uma certa tolerância e abertura em relação ao surgimento de organizações camponesas, mobilizando as populações rurais para uma fase nova de lutas (FERES, 1990, p. 332-3).

Para o autor (1990), a posição de Juscelino Kubitschek tendeu sempre para uma condescendência clara para com os ruralistas ou com grupos de especuladores, no caso das áreas de colonização e de grilagem. Por isso, o fim do seu governo marcou o início de uma fase de acirramento das lutas no campo. Datam dessa fase, as tentativas de criação de um movimento camponês autônomo - as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais. Embora essas iniciativas não tenham redundado na realização plena de seus objetivos, conseguiram estabelecer uma ligação importante entre as lutas e aspirações dos camponeses e os pólos de ação política e social nas cidades, fato até então desconhecido na história social do Brasil. Essa nova articulação acabou contribuindo para a vitória de Jânio Quadros e para a alteração do equilíbrio das forças políticas.

É importante registrar que há outros pontos de vista que questionam, e mesmo relativizam, a contribuição do fator camponês para a vitória de Jânio Quadros. Mendonça (1985), por exemplo, destaca como decisivo para sua vitória, além do

desequilíbrio cidade-campo, a disparada da inflação, da dívida externa e da evasão de divisas para o exterior, o agravamento das diferenças regionais - miséria e decadência no Nordeste e explosão econômica no centro Sul.

Apesar da condescendência de Juscelino Kubitschek, a grande repercussão¹⁴ e o êxito do movimento levaram o moderado presidente a dar um ultimato a Lupion, que, para livrar-se da intervenção, sacrificou interesses econômicos seus e dos amigos, fechando as colonizadoras. Para Wachovicz (1987, p. 212), os interesses econômicos do grupo Lupion foram sacrificados em benefício do PSD nacional.

Após a expulsão das companhias imobiliárias, a luta continuou para transformar os posseiros em proprietários. Em 1961, o Presidente Jânio Quadros declarou a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim de Utilidade Pública; em 1962, o então Presidente João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) com a finalidade de resolver definitivamente o problema das posses. No encerramento de suas atividades, em 1973, haviam sido titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos¹⁵.

Para Martins (1994), o GETSOP foi um modelo embrionário da intervenção militar na questão agrária, durante a ditadura militar, culminando na criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT)¹⁶ no início de 1980, nos dias da Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, visando conter o envolvimento maciço da hierarquia católica na questão indígena e camponesa.

Ainda de acordo com o autor acima (1994, p. 64-5), os conflitos do Sudoeste do Paraná atingiram diretamente um dos principais mecanismos de reprodução do poder oligárquico: a grilagem de terras, que ainda não constituía uma questão social e política disseminada amplamente. A novidade do Sudoeste “estava no fato de que a terra era usada fundamentalmente para obter retornos econômicos e não retornos políticos”, contrariando uma tradição histórica nacional.

Na Revolta de 1957, portanto, não houve conotação ideológica de esquerda. O estímulo veio dos líderes do PTB e da UDN, alinhados ao projeto do governo Vargas para a região e opositores de Lupion, sensibilizados com a situação dos colonos posseiros, mas, sobretudo, temerosos de que a concretização do projeto industrial de Fontana pudesse atrapalhar suas ambições políticas e econômicas.

A luta pela terra nos anos 80: a rápida gestação do MST

- Das contradições da modernização conservadora na agricultura ao MST

No Sudoeste do Paraná, resolvidas as questões da posse da terra por conflito aberto, inclusive armado, entre agricultores e empresas colonizadoras, teve início o processo de modernização da agricultura que se constituiu, basicamente, na mudança da base tecnológica dirigida pelo capital industrial. Este, a partir da cidade, absorve e recria o campo com outros significados, transformando a “produção agrícola em um setor da produção industrial subordinada aos seus imperativos e submetida às suas exigências”. (IANNI, 2004, p.48).

Para Hespanhol (1997), a modernização da agricultura brasileira, embora seletiva e diferenciada nos níveis espacial, sócio-econômico e tecnológico, significou a passagem do modelo agrícola extensivo – dominante até meados da década de 50 – para o intensivo.

Oliveira (1991) mostrou que a modernização implicou no aumento considerável do número de estabelecimentos conduzidos por posseiros, passando de 109.016 estabelecimentos em 1940 para 1.054.542 em 1985.

Dessa forma, a modernização no campo apresentou-se como um “elemento ao mesmo tempo desestruturador e estruturador de relações sociais”, pois significou uma nova composição de forças a partir da qual emergiu o “sem-terra” (GOMES, 2001, p. 41).

A transferência de grande parte da população rural para as cidades como decorrência da modernização conservadora, favoreceram a marginalização de amplas parcelas, por um lado, e a concentração de renda e capital, por outro, possibilitando o surgimento das grandes mobilizações operárias do ABC paulista - área mais industrializada - e dos agricultores familiares do Sul do país.

No final da ditadura militar, a questão agrária avolumava-se como um dos mais complexos problemas nacionais¹⁷. Para Linhares e Silva (1999, p. 193), a oferta de alimentos permanecia baixa e, o que era pior, descobria-se que cerca de trinta milhões de brasileiros passavam fome. Ao mesmo tempo, os números mostravam o aumento da concentração de terras¹⁸, contrariando a tese conservadora de que a penetração do

capital no campo modernizaria o setor, inclusive sua estrutura fundiária. Ou seja, os vinte anos de regime autoritário no país traduziam-se claramente num perfil de profunda desigualdade.

Desse modo, o movimento de luta pela terra, no Sudoeste, expressou um momento no processo de reorganização da vida daqueles agricultores que não se haviam integrado à ordem construída a partir das novas relações que se estabeleceram com a introdução da modernização do campo.

A luta pela terra, no Sudoeste do Paraná, reiniciou-se de forma sistemática, em 1983, quando seiscentos e cinquenta famílias de “sem terra” da região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina ocuparam 4 mil hectares de terras da “Fazenda Annoni” - localizada no município de Marmeleiro/PR, na divisa com o estado de Santa Catarina. A terra estava improdutiva, após a extração de quase toda a madeira pelos proprietários que residiam no Rio Grande do Sul. No confronto entre jagunços e ocupantes, um sem terra foi assassinado, fortalecendo a luta, e cujo desfecho foi o assentamento dos ocupantes.

Sobre o efeito contrário da violência no latifúndio e o comportamento da elite local e da justiça em relação aos ocupantes, um assentado deu o seguinte depoimento:

Até demos graças a Deus com a morte desse homem. Se não fosse isso, a gente hoje não estava aqui. Teve médico em Marmeleiro que deu atestado que ele tinha morrido de susto. Foi preciso desenterrar o cadáver para provar que ele havia sido baleado pelas costas. [...] Imagine! Claro que ninguém foi punido por isso. (FERES, 1990, p. 558).

O caráter improvisado da ocupação ocasionou inúmeras dissidências e rupturas, tanto entre os ocupantes, quanto entre os chamados “canais de apoio”. O Estado utilizou-se dessa debilidade para emperrar o processo de desapropriação - que só foi concluído em 1998 - e os políticos da situação durante várias eleições aproveitaram-se do fato para angariar votos dos posseiros sob constantes promessas de legalização das posses. Foi a partir da experiência “negativa” da Fazenda Annoni que se decidiu criar o movimento estruturado dos sem terra na região e que, mais tarde, denominar-se-ia Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (MASTES).

O movimento foi criado a partir de um cadastramento – realizado pelos sindicatos, com apoio da CPT¹⁹ e da Ong Assesoar - que indicou a existência de 40% de famílias sem terra ou com terra insuficiente para a reprodução de sua condição de “proprietário-

trabalhador autônomo”.

Após análise e debate da situação, as organizações e lideranças dos agricultores familiares decidiram pela realização de um trabalho de base, culminando na criação das Coordenações Municipais e, mais tarde, da Coordenação Regional dos Agricultores Familiares Sem Terra que, a partir de 1986, transformar-se-ia no MASTES. O sonho/desejo da emancipação, da autonomia esteve presente desde a origem do movimento que, em seu primeiro planejamento, assim definia seu caráter:

O MASTES, nosso movimento, é uma coordenação autônoma que autodetermina-se em suas decisões e ações [...]; o MASTES terá uma coordenação escolhida pelos trabalhadores, com a função de garantir a execução das decisões do movimento e o cumprimento dos princípios²⁰.

Os objetivos iniciais do movimento eram um misto de propósitos imediatos e projeções utópicas de difícil alcance, bem típicos do momento de euforia em que vivia o homem do campo do Sudoeste nesse período. Assim, ao lado de objetivos como *promover a organização dos trabalhadores na luta pela conquista e fixação à terra e desenvolver nos agricultores a consciência de classe*, apareciam utopias como: *terra para quem nela trabalha e dela precisa; destruição do capitalismo e construção de uma nova ordem social*.

A estratégia adotada pelas entidades de apoio à organização e mobilização dos agricultores sem terra era o trabalho de base, que buscava sensibilizar as comunidades sobre os problemas dos jovens agricultores e da falta de perspectivas que o processo de modernização da agricultura acarretava para eles; destacar a legitimidade e legalidade de seus interesses a partir do repasse de informações que afirmavam o direito/disponibilidade de terra e, ainda, leituras/reflexões bíblicas e de autoridades religiosas. Nesse aspecto, publicações como *Igreja e Problemas da Terra*, *A luta pela terra na Bíblia*²¹, *Queremos a terra* e *Puebla para o povo* constituíram apoio importante para os agentes sociais.

Nos anos de 1984 e 1985, o MASTES, já estruturado e atuante em nove municípios da região, coordenou grandes manifestações - atos públicos e passeatas -, seguidas de ocupações de terra e acampamentos, envolvendo 1881 famílias de sem terra, algo em torno de 10 mil pessoas²².

Os sem terra, na busca de seu “espaço vital”, da “terra prometida”, enfrentaram o Estado e os latifundiários, resistindo em acampamentos improvisados durante meses e

anos. No processo de negociação com os órgãos de Estado, os sem-terra intercalavam argumentos emocionais com argumentos políticos e legais. Na ocasião, o Estatuto da Terra foi utilizado como referência legal e instrumental face à situação existente.

Para Martins (1994), o regime militar orientou a reforma agrária para a modernização econômica e para a aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura, portanto uma questão técnica. Por isso, a reforma não visava à implantação de um modelo social baseado na agricultura familiar²³.

Para Gomes (2001, p. 104), o acampamento transforma-se numa estratégia de pressão e negociação para agilizar o assentamento definitivo. No entender dos sem-terras, participar do movimento significa a possibilidade de *voltar a ser lavrador*, de recuperar *o direito de viver, de comer, de tomar remédio, de ter um teto, de dar escola para os filhos*, enfim a esperança de ser gente novamente.

O acampamento é um momento de ruptura, em que se criam novos caminhos, novas estratégias²⁴. A capacidade de resistência do acampamento condiciona as chances de vitória dos sem-terras. Uma vez instalados no acampamento, os sem-terras entram, portanto, na fase mais difícil da luta, que pode durar indefinidamente (FERES, 1990, p. 561).

Após uma grande resistência, em que mulheres e crianças desempenharam um papel decisivo – conforme veremos à frente –, em julho e agosto de 1985, 350 das 1881 famílias de sem terra articuladas em torno do MASTES foram assentadas pelo Estado²⁵.

De acordo com levantamento do IPARDES realizado em 1989, mais de 50% dos assentados do Paraná eram da região Sudoeste, filhos ou netos de agricultores que participaram do movimento de 1957, ficando evidente a marca da resistência, herança de gerações que lutaram contra a expropriação, mesmo que em condições distintas. Nessa nova luta por terra e dignidade, a experiência dos pais e avôs foi importante²⁶.

Para Veronese (1998, p. 72), os agricultores familiares aprenderam com a Revolta de 57 que, para garantir sua existência enquanto grupo social, têm que lutar pela terra. Seus direitos e sua cidadania são conquistas que devem ser efetivadas por eles próprios e não como um dom a receber de alguém, como expressão de um gesto de solidariedade humana.

Os resultados das mobilizações e a realidade local fizeram o movimento expandir-se rapidamente, saltando de 9 municípios organizados/articulados, em 1985, para 20,

apenas um ano depois. Nesse período, os latifundiários do Paraná, a partir da visita de Ronaldo Caiado - futuro coordenador nacional -, organizaram-se e formaram a União Democrática Ruralista (UDR), com a intenção de, aliados a setores do Estado e a grupos paramilitares, reprimir e isolar o movimento, cortando o apoio da sociedade. Para o movimento, este foi o recomeço de uma aliança entre governos, forças repressivas e fazendeiros, desta vez, para contê-lo. Os despejos violentos, passaram a fazer parte da estratégia dos governantes. A repressão também veio sob a forma de lei e o Judiciário, com raras exceções, tornou-se instrumento para legitimar os despejos, processar e prender lideranças e militantes do movimento.

O despejo legal dos ocupantes é, em geral, a primeira medida tomada pelo proprietário que, apelando para a autoridade do Estado, põe em movimento sua máquina repressiva. Todos os despejos foram realizados com extrema violência policial: destruição de barracas, quebra dos móveis e objetos pertencentes aos ocupantes, coação física dos resistentes. Um caso notório da violência policial, na região, foi o despejo do acampamento da Fazenda Corimbatá:

Em fins de dezembro, um pelotão de choque da polícia estadual, armado de metralhadoras e gás lacrimogêneo, executa o despejo. A tropa policial foi apoiada pelas prefeituras de Chopinzinho, Coronel Vivida, São João, São Jorge e Verê. Alguns agricultores foram presos e mulheres e crianças foram feridas. Os ocupantes foram jogados à beira da estrada, sem as barracas (destruídas pela polícia) e sem alimentos (as reservas foram ou apreendidas ou destruídas). (FERES, 1990, p. 620).

No caso do Sudoeste - tanto em 1957 como na década de 1980 - nem mesmo a violência policial e paramilitar foi capaz de conter a luta (FERES, 1990, p. 576).

Para Wanderley (1996), uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para construir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição deste objetivo supõe muito freqüentemente, a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais.

As lutas pela terra, no Sudoeste do Paraná, confirmam a tese de Martins (1994) de que é um grande erro afirmar que os camponeses são historicamente conservadores e que não é por meio deles que se alcançam as transformações sociais. O autor, apoiado na história das lutas camponesas, a partir do século XVIII, sugere que os camponeses

são importantes desestabilizadores da ordem social e política tradicional.

Em 1986, por determinação nacional, o MASTES incorporou a seu Plano de Ação²⁷ a tarefa de elaborar propostas para a Constituinte, o que culminou com a emenda popular a favor da Reforma Agrária contendo mais de um milhão e meio de assinaturas. Entretanto, a aprovação do princípio constitucional que não permite a desapropriação da propriedade produtiva foi interpretado pelo MST como derrota²⁸.

Com a emenda popular, buscava-se aumentar a pressão política sobre o Estado em vista da aceleração do processo de discussão do Programa Nacional de Reforma Agrária. A pressão continuava, sobretudo nas formas de acampamento/ocupação. No final de 1986, havia, no Paraná, 44 acampamentos contendo em torno de 4.626 famílias. A estratégia de *ocupar e resistir* – implementada a partir de 1987 - forçou o Estado a agilizar as desapropriações nas áreas conflituosas, derrubando a proposição do governo de que quem não ocupa é assentado. Na prática, ganhou terra quem lutou²⁹. Esta realidade indica que o Estatuto da Terra buscava mais administrar e controlar os conflitos do que promover uma transformação estrutural da propriedade³⁰.

A maior conquista, em que participaram os agricultores sem terra do Sudoeste, talvez, tenha sido o assentamento de 1.604 famílias nos 27 mil hectares desapropriados dos 83 mil hectares da madeireira Giacomet Marodin - o maior latifúndio do Sul do país – na década de 1990, depois de várias ocupações em que os sem-terra haviam sido retirados à força por jagunços aliados da polícia militar.

- A expansão fulminante do MST

Conseqüência da forte ação do MASTES - no Sudoeste - e do MASTRO³¹ - no Oeste -, em 1984, surgiram os Movimentos dos Agricultores Sem Terra do Norte (MASTEN), do Litoral (MASTEL) e do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO). Nesse período, o movimento dos sem-terra também crescia velozmente nos estados de Santa Catarina e, sobretudo, no Rio Grande do Sul.

O MST do Paraná construiu-se a partir de dois movimentos diversos em duas regiões – Oeste e Sudoeste. O *método de trabalho* do MASTES foi o *trabalho de base* nas comunidades, sem pressa, e do MASTRO, o *trabalho de massa*: grandes

concentrações de protesto, num ritmo mais rápido. Torrens (1992) explicita bem essas diferenças:

[...] enquanto o MASTRO ‘surgiu assim por fora do sindicato, com alguns sindicalistas, mas não como uma idéia do próprio sindicato, da direção toda’ e abriu espaço para a conquista dos sindicatos, o MASTES [...] contou com a colaboração de diversos sindicatos que ‘de imediato incorporaram a luta pela terra por dentro do sindicato’. (TORRENS, 1992, apud GOMES, 2001, p. 65).

A luta pela terra - a mais generalizada e importante em termos políticos - é diferente uma da outra porque exprime situações diferentes ao nível dos camponeses diretamente envolvidos (GRZYBOWSKI, 1983, p. 53).

No entanto, se existiam diferenças na forma de constituição do MASTRO e do MASTES, os pontos básicos que lhes deram origem eram os mesmos: a reivindicação é a conquista da terra; os segmentos envolvidos são os pequenos proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários, trabalhadores permanentes ou temporários; aliança com a Igreja e entidades ligadas à questão da terra e ao trabalho de base, e, finalmente, articulação de ações dos campos político e religioso (GOMES, 2001, p. 66).

A posição de Gomes (2001), ressaltando a semelhança da luta pela terra, e de Grzybowski (1983), enfatizando a diferença, explicitam um debate interessante que, em nosso entender, não é contraditório, pois concebemos que continuidade e ruptura entrecruzam-se, convivem lado a lado.

Fruto desse crescimento do movimento no Sul do país, a cidade de Cascavel - no Oeste do Paraná – sediou, em janeiro de 1984, o Encontro Nacional de Fundação do MST, onde se definiu o nome, a estrutura organizativa e a primeira Coordenação Nacional e, no ano seguinte, em Curitiba, no Paraná, ocorreu o I Congresso Nacional que contou com a participação de 1.500 pessoas, representando sem terras de 23 estados do país. Este Congresso definiu o lema: *Ocupar é a única solução*.

Coincide com a criação formal do MST, em 1985, a mudança do governo da República; finalmente um civil, embora eleito indiretamente, voltava a presidir o país. Oriundo do antigo poder oligárquico, o governo Sarney era favorável à reforma agrária apenas na retórica.

O assentamento de apenas 40 mil famílias, de um montante anunciado de 1,4 milhões pelo governo Sarney em 1985, ao lado de 2.473 conflitos envolvendo mais de 200 mil pessoas, 429 assassinatos originaram e legitimaram as pressões pela Reforma

Agrária.

Os decretos de desapropriação eram barrados pelo Gabinete Civil, comandado por um membro do PFL - o mais oligárquico dos partidos - que atuava no sentido de impedir a assinatura ou a execução dos mesmos. Dessa forma, até mesmo decretos assinados pelo presidente da República nunca foram publicados no *Diário Oficial*, deixando assim de ter efeito legal (MARTINS, 1994, p. 90).

Para fazer frente a esse boicote, no dia 24 de setembro de 1986, o MST organizou a invasão de quinze prefeituras no estado do Paraná e em outros seis estados, além da invasão do INCRA em dois estados, com o objetivo de forçar a reforma agrária. Em vários pontos do país, ocorreram grandes manifestações de trabalhadores pela reforma agrária nos anos de 1985 e 1986 e, novamente, em 1989 e 1990.

O recrudescimento da luta no campo nos anos 1990, período em que centenas de trabalhadores foram mortos em conflitos pela posse da terra, a maioria deles assassinados, alcançou a mídia nacional. A matança de 19 sem-terra no Sul do Pará, em 1996, foi manchete nos principais jornais do mundo. Os conflitos de Pontal de Paranapanema/SP ganharam, nesse período, as manchetes dos principais jornais e notícias do país. Isso, aliado ao aumento da violência urbana, gerada pelo desemprego, levou a sociedade brasileira, de modo geral, a apoiar a luta dos sem-terra pela reforma agrária, na esperança de fixar o homem no campo, diminuir a pobreza nas cidades e diminuir a violência (GOHN, 1997).

A conjuntura política internacional também foi favorável ao MST, pois cresceu a pressão das entidades dos direitos humanos e da opinião pública mundial pela busca de soluções para o homem do campo.

Para Navarro (2002, p. 3), o MST, normalmente mais ativo no Sul do Brasil nos anos 1980, tornou-se, na década seguinte, gradativamente uma organização de grande visibilidade nacional, estruturando-se na maioria dos estados brasileiros. Em função disso, sua atuação acabou despertando crescente interesse da mídia, inclusive internacionalmente³².

Assim, a reforma agrária foi deixando de ser um tabu no Brasil, passando a construir uma nova representação dessa realidade. A “causa” dos sem-terra passou a ser considerada justa nas pesquisas e enquetes de opinião pública, embora a grande maioria ainda rejeitasse as “invasões de terras” como forma de pressão³³.

Nesse contexto geral de apoio social à reforma agrária, o governo FHC obrigou-se a acelerar o passo, pretendendo mostrar ao MST que o avanço da reforma agrária, se não era obra do Estado, também não era só obra dos sem terra, mas da sociedade em geral.

A história do Sudoeste mostra que a luta pela terra é uma luta política, social, econômica e cultural, e sua conquista implica organização e mobilização dos excluídos, mas também adesão social, fruto do reconhecimento da sociedade do direito à vida, ao trabalho, à dignidade.

- Refletindo a prática social do MST

Segundo Carvalho (2001, p. 203), o surgimento do MST foi um avanço, pois representa a incorporação à vida política de parcela importante da população tradicionalmente excluída pela força do latifúndio; e, embora seus métodos de invasão de terras públicas ou não cultivadas tangenciem a ilegalidade, tendo em vista a opressão secular de que foram vítimas e a extrema lentidão dos governos em resolver o problema agrário, podem ser considerados legítimos. O MST é o melhor exemplo de um grupo que, utilizando-se do direito de organização, força sua entrada na arena política, contribuindo assim para a democratização do sistema.

Embora o número de famílias assentadas não seja tão relevante, se comparado à população demandante de terra, a ação do MST tem “contribuído para a melhor distribuição fundiária em várias regiões rurais do país, criando oportunidades de ocupação e de acesso à terra para milhares de famílias, além de instaurar dinâmicas econômicas novas” (NAVARRO, 2002, p. 14).

Apesar de reconhecer que o MST é uma das mais fascinantes trajetórias sócio-políticas que a história brasileira já produziu, pois, desde sua origem, o movimento vem conseguindo influenciar a agenda pública no que tange ao mundo rural e realizar ações coletivas de grande repercussão, tornando-se referência nos assuntos ligados à questão agrária brasileira. Contudo, Navarro (2002) considera que, a partir de 1986, o MST³⁴, ao optar pelo ideário leninista, organizando-se como um movimento de quadros - e não *de massa* como estimulado pela presença da Igreja no momento inicial - tornou-se uma

organização não democrática, que se julga “portadora de um iluminismo político-ideológico”. (NAVARRO, 2002, p. 3-5).

Para confirmar a sua tese, o autor acima cita o *conflito da Praça da Matriz*, ocorrido no centro da cidade de Porto Alegre, em agosto de 1990, quando os agricultores enfrentaram a polícia militar estadual, em incidente cuja violência surpreendeu fortemente a opinião pública daquele Estado.

Para Navarro (2002, p. 17), a proposição e imposição da constituição de cooperativas inteiramente coletivizadas, a partir do início da década de 1990, representou uma “evidência notável do grau de mistificação ideológica então alcançado”.

Com base na realidade da região Sudoeste do Paraná, consideramos que os incentivos oferecidos pelo movimento aos grupos coletivos contribuíram para a divisão dos assentados, pois os que optaram pela prática individual, familiar, ou seja, a ampla maioria, sentiram-se prejudicados. Apesar disso, discordamos da visão de Navarro, porque: primeiro, entendemos que cooperativas e leninismo não tem relação necessária; segundo, existem incentivos para coletivização, porém não são indispensáveis nem obrigatórios, pelo menos nos assentamentos que conhecemos no Paraná.

Outro ponto analisado por Navarro com o apoio de Martins é a contradição entre um discurso anti-sistêmico e a dependência das políticas públicas para manter economicamente os assentamentos. Também nesse aspecto discordamos, pois entendemos que o próprio fato de reivindicar políticas públicas desafia um projeto que pretende reduzi-las.

Por fim, cremos que outra crítica necessária ao MST refere-se à sua prática ecológica levada a cabo nas ocupações e assentamentos, submetendo a natureza à lógica do desenvolvimento econômico capitalista implantado nos últimos 400 anos. Para Boff (1999), no imaginário dos fundadores da sociedade moderna³⁵, o desenvolvimento movia-se dentro de dois infinitos: o infinito dos recursos naturais e o infinito do desenvolvimento rumo ao futuro. Os recursos não são infinitos, a maioria está se exaurindo, principalmente a água potável e os combustíveis fósseis³⁶.

Apontamentos sobre a importância da mulher no processo de organização e luta pela terra no Sudoeste do Paraná

A mulher camponesa, tanto na revolta de 1957 como nas mobilizações da década de 80, demonstrou coragem descomunal tanto na defesa de “seu” território (posse, ocupação) quanto na defesa de sua família e “comunidade”. Foi assim que, em 1957, ela enfrentou os jagunços para proteger os filhos e a propriedade enquanto o “seu homem” estava escondido no mato para não assinar “confissão de dívida” às companhias colonizadoras.

Na época em que os jagunços circulavam pelas propriedades à procura dos homens para forçá-los a assinar a “confissão de dívida”, alertados, os mesmos refugiavam-se no mato, cabendo à mulher todas as atividades agrícolas, da educação dos filhos à plantação; do cuidado dos animais à defesa corajosa da propriedade, que era feita individual ou coletivamente, dependendo o local: *Bem, os homens se escondiam tudo (...) porque tinham medo dos jagunços que vinham matá e as mulher tinham que enfrentá porque tinham os filho; não podia deixá eles levá os filho. (...) Eu enfrentava eles, eu não tinha medo*³⁷.

Através da fuga, o homem estava protegido, mas a mulher e os filhos ficavam à mercê dos jagunços que, em muitos casos, foram impiedosos. *Eles fizeram muitos crimes, onde estava só a mulher, pegavam ela e faziam o que queriam e saiu até nos jornais. Eles matavam, estupravam mulheres e meninas e queimaram as casas para que o povo saísse das terras*³⁸.

Sem os homens por perto, as mulheres buscavam apoiar-se mutuamente. Desse modo, em alguns lugares, elas reuniam-se em grupos para melhor cuidar das propriedades e da família.

A coragem e a luta da mulher de 1957 transparece na mulher dos anos 80, quando no processo de organização e luta do MASTES/MST pela terra no Sudoeste do Paraná, as mulheres participaram ativamente em comissões - organização interna do acampamento -, resistiram bravamente às péssimas condições de moradia em acampamentos de lona preta, sem condições mínimas de saneamento e, ainda, enfrentaram junto com seus maridos, muitas vezes na linha de frente, a polícia e/ou jagunços, resistindo a despejos, ocupando órgãos públicos e bloqueando rodovias e bancos³⁹.

Por isso Gomes (2001, p.118), afirma:

A participação da mulher foi fundamental em todas as etapas da construção

da luta: nas comunidades, na organização dos grupos de reflexão, no acampamento, no assentamento, assumindo a coordenação de comissões, a responsabilidade da educação e lazer das crianças, a coordenação dos grupos de jovens, o culto religioso e dividindo com os homens as tarefas econômicas.

Conforme visto, a participação da mulher foi decisiva para o êxito da luta camponesa pela terra no Sudoeste do Paraná. Sua atuação ocorreu basicamente em dois flancos: na linha de frente e na retaguarda - sustentação logística e moral.

Considerações Finais

Os conflitos do Sudoeste do Paraná atingiram diretamente um dos principais mecanismos de reprodução do poder oligárquico: a grilagem de terras, que ainda não era uma questão social e política disseminada. A novidade do Sudoeste “estava no fato de que a terra era usada fundamentalmente para obter retornos econômicos e não retornos políticos”, contrariando uma tradição histórica nacional (MARTINS, 1994, p. 64-5).

Assim, ao contrário das lutas da década de 80, na Revolta de 1957 não houve conotação ideológica de esquerda. O estímulo veio dos líderes do PTB e da UDN, alinhados ao projeto do governo Vargas para a região e opositores de Lupion, sensibilizados com a situação dos colonos posseiros, mas, sobretudo, temerosos de que a concretização do projeto industrial de Fontana pudesse atrapalhar suas ambições políticas e econômicas.

Sobre a iniciativa e a organização da Revolta de 1957, não há consenso entre os autores. Há os que delegam todo o mérito aos próprios colonos posseiros (VERONESE, 1998), e os que enfatizam as forças externas - comerciantes, políticos e profissionais liberais - como decisivo para o desfecho favorável aos posseiros (BONETI, 2005; WACHOVICZ, 1987).

Parece-nos claro que os posseiros receberam apoio externo decisivo, mas assumiram a revolta porque concebiam a propriedade da terra como espaço de trabalho e relações, orientado para garantir a produção e a reprodução da vida.

A cisão das elites e a adesão de uma parte delas ao levante não elimina a postura ativa dos colonos. Pegar em armas e ocupar órgãos públicos desafia os poderes econômico e político. Por outro lado, o fato de sua demanda ser a propriedade da terra

revela o desejo radical de deixar de ser espoliado como mão-de-obra.

No caso das lutas pela terra dos anos 1980, os agricultores familiares aprenderam, com a Revolta de 57, que, para garantir sua existência enquanto grupo social, têm que lutar pela terra. Seus direitos e sua cidadania são conquistas que devem ser efetivadas por eles próprios e não como um dom a receber de alguém como expressão de um gesto de solidariedade humana (VERONESE, 1998, p. 72).

Entendemos que as lutas pela terra no Sudoeste do Paraná confirmam a tese de Martins (1994) de que é um grande erro afirmar que os camponeses são historicamente conservadores e que não é por meio deles que se alcançam as transformações sociais. O autor, apoiado na história das lutas camponesas a partir do século XVIII sugere que os camponeses são importantes desestabilizadores da ordem social e política tradicional.

Por isso, tanto em 1957 como na década de 1980, nem mesmo a violência policial e paramilitar foi capaz de conter a luta (FERES, 1990, p. 576). Também ficou visível a importância da mulher para o êxito da luta camponesa pela terra no Sudoeste do Paraná.

Referendamos Gohn (1997, p. 20) quando afirma que enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teoria para explicá-los.

Notas

1 - Tal denominação varia de acordo com o grupo ou vertente, sendo denominada como “Revolta dos Posseiros”, “Revolta dos Camponeses”, “Revolta dos Colonos”.

2 - “A taxa de crescimento populacional no Brasil, nessa mesma época, era de 3,12%; a do estado do Paraná de 7,23% e a do Sudoeste de 12,4%”. (FERES, 1990, p. 499).

3 - Rupp era catarinense, explorador de erva mate e fornecedor de dormentes para a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande.

4 - O projeto de Fontana era instalar, na localidade de Verê, a maior fábrica de celulose da América Latina, aproveitando a grande disponibilidade de pinheiros.

5 - A SEIPU havia sido criada, em 1940, para gerir os bens encampados pelo governo Federal à Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (concessionária da Brazil Railway Company) e promover a venda das terras dessa empresa no Paraná e em Santa Catarina.

6 - Os quatro motivos de inconstitucionalidade referiam-se: primeiro, à proibição da venda ou concessão de terras na faixa de fronteira sem prévia permissão do Conselho de Segurança Nacional; segundo, à falta de licença do Senado por tratar-se de área maior de 10.000 ha.; terceiro, a não realização de concorrência pública como exigia a lei e, quarto, ao fato de que as terras estavam sub judice, não podendo, portanto, ser objeto de negócio (FERES, 1990, p. 505).

7 - “Sisa, palavra derivada do francês assise, designação antiga do hoje chamado imposto de transmissão de imóvel. As Coletorias brasileiras forneciam aos compradores de terras um documento comprovando o

pagamento de imposto sobre a diferença entre o valor real do imóvel, apurado pelo Poder Público, e o valor declarado na venda do mesmo. Sem esse documento as escrituras de propriedades imóveis não podem ser regularizadas”. (FERES, 1990, p. 616; nota nº 59 da quinta parte).

8 - Pelo projeto da CITLA, a região tinha matéria-prima suficiente para garantir a produção de 240 mil toneladas de celulose por ano, garantindo um prazo de operação de 30 anos à fábrica projetada (FERES, 1990, p. 507).

9 - O autor acusa o ex-delegado de polícia de Francisco Beltrão, José Penso, de ganhar Cr\$ 5 mil de cada companhia para protegê-las (WACHOWICZ, 1987, passim).

10 - As bibliografias sobre a revolta de 1957 estão repletas de casos como este: “Um colono da fronteira (...) foi amarrado castrado, sevicaram sua esposa e mataram as duas filhas, de 9 e 11 anos, com atos de estupro. A polícia nem inquérito abriu. Era comum os jagunços colocarem feras de madeira debaixo das unhas das crianças para contarem onde o pai estava escondido ou, então, vestirem-se de mulher para mais facilmente abordarem os colonos”. (WACHOWICZ, 1987, p.172-174).

11 - Rosalino, perseguido de morte por ter entregue o referido documento ao Presidente, teve que fugir para o sertão, abandonando mulher e 13 filhos e todas as suas plantações e animais.

12 - Em Francisco Beltrão, cerca de 4 mil posseiros armados tomaram a cidade, que era sede da CITLA e onde se localizavam os principais jagunços.

13 - Advogado patobranquense que era perseguido pelas colonizadoras por ter aceito procuração de posseiros e colonos para defendê-los (MAEDER, Othon. A Rebelião Agrária do Sudoeste do Paraná em 1957. Rio de Janeiro, 1958, p.7).

14 - “A essa altura, os acontecimentos no Sudoeste já eram notícia a nível nacional. Os principais órgãos da imprensa começaram a estampar manchetes sobre a rebelião agrária. Politicamente, esses acontecimentos eram negativos não só para o grupo que dirigia o Estado, como para o PSD, que governava o país. A oposição pregava abertamente, nos discursos parlamentares e pela imprensa, a intervenção federal na região, tentando desta forma desestabilizar o governo Lupion e obrigá-lo à renúncia”. (WACHOWICZ, 1987, p.177).

15 - Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste, 1999, p. 19.

16 - O GETAT foi um notório instrumento de intervenção militar, que tinha raízes no GETSOP, e que deveria promover a reorganização fundiária numa área de duzentos mil quilômetros quadrados na região conflituosa do Bico do papagaio, ao norte de Goiás. “Ao mesmo tempo, o general-presidente cria o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, reconhecendo claramente que o eixo dos conflitos sociais do país passava perigosamente pelo campo”. (LINHARES E SILVA, 1999, p. 192).

17 - Ver Martins (1984).

18 - Ver Graziano da Silva e Sampaio (1988).

19 - A CPT foi fundada em 1975 por iniciativa de Dom Moacir Grechi, como uma das linhas de atuação da CNBB, em apoio à participação direta do lavrador na solução de seus problemas agrários.

20 - MASTES. Plano de Ação do MASTES. Francisco Beltrão-PR, 1986. (mimeo).

21 - Esta publicação, elaborada pela CPT Nacional, no ano de 1980, na forma de caderno especial, seleciona um grande número de textos bíblicos procurando mostrar que a luta pela liberdade começa quando o oprimido - sem terra - toma consciência de que sua situação é injusta e não deve ser aceita - justificando a desobediência política - e que Deus está ao lado do pobre que busca sua libertação, que virá se ele tiver fé e lutar.

22 - A primeira ocupação do MASTES foi numa área de 17.000 hectares da Madeireira Imaribo, por 91 famílias, no dia 6 de junho de 1984 (FERES, 1990, p. 560).

23 - O regime militar adotou a doutrina do cerco e aniquilamento como orientação básica em relação aos conflitos do campo. Ou seja: de um lado, circunscrevê-los e desativá-los pela força e pela coação moral; de outro, identificar e aniquilar as lideranças (MARTINS, 1994, p. 81).

24 - A concretização desses caminhos não se dá de forma homogênea; o próprio acampamento é um

espaço heterogêneo, mas é também um momento em que as diferenças ficam diluídas pela precariedade de condições, de espaço, pela insegurança, imprevisibilidade, pelo desconhecido (GOMES, 2001, p.104).

25 - O nome dado ao novo território foi “Assentamento Vitória da União”, expressando a visão dos ex-sem terra sobre o que fora decisivo para a sua reterritorialização.

26 - “O sudoeste do Paraná constituiu-se na mesorregião com maior quantidade de agricultores familiares do Estado e, conseqüentemente, com predominância de minifúndios”. (SAQUET *et al*, 2005, p. 152).

27 - O Plano previa a divisão do Sudoeste em setores “para melhor articular formação e descentralização dos trabalhos e multiplicação de lideranças”. Previa também a realização de cursos de formação regional e por setores bem como reunião das coordenações municipais e regionais (MASTES. Plano de Ação. Francisco Beltrão, 1986, manuscrito).

28 - Nesse período, o MST-PR contabilizava 72 assentamentos no estado, com a desapropriação de 102 mil ha de terra partilhados entre 5.100 famílias. Por outro lado, reconhecia que era pouco, diante da existência de 280 mil famílias de sem terra no estado. (MST/CPT. Sem Reforma Agrária não haverá democracia no país. In: A Nova República sepultou a Reforma Agrária que deve ser conquistada na luta. 5ª Romaria da Terra/PR. Medianeira, 02/07/89, mimeo).

29 - MST/CPT. Sem Reforma Agrária não haverá democracia no país. In: A Nova República sepultou a Reforma Agrária que deve ser conquistada na luta. 5ª Romaria da Terra/PR. Medianeira, 02/07/89, mimeo)

30 - Martins (1994, p. 90) considera que a Constituição de 1988 anulou as concepções relativamente mais avançadas do Estatuto da Terra, pois a adoção dos conceitos de “propriedade produtiva” e de “propriedade improdutiva” introduziu uma ampla ambigüidade na definição das propriedades sujeitas à desapropriação para a reforma agrária.

31 - O MASTRO originou-se do Movimento Justiça e Terra que lutava pela “justa indenização” das terras dos colonos desapropriadas pelo governo federal para dar lugar à hidrelétrica de Itaipu. A motivação para a organização desse importante movimento veio, segundo depoimentos de colonos da avaliação incorreta e do atraso (de até seis anos em alguns casos) no pagamento das indenizações, num período inflacionário. Ver Feres (1990), Ferreira (1982), Gomes (2001).

32 - Em 20 de abril de 1997, o jornal The New York Times publicou, em seu caderno dominical, uma longa matéria sobre o MST, intitulada Os despossuídos, fartamente ilustrada com fotos de Sebastião Salgado. Podemos destacar ainda a matéria da edição latino-americana da revista Time, de 19 de janeiro de 1998.

33 - Em 1996, pesquisas indicavam que 86% da população nacional era favorável à reforma agrária.

34 - O autor realiza uma distinção analítica entre a “organização dos sem-terra” - dirigentes e funcionários - e a ampla base social das famílias “sem-terra” - pequenos produtores agrícolas pauperizados, proprietários ou não -, direcionando sua análise aos primeiros.

35 - Os mestres modernos (R. Descartes e F. Bacon) ensinavam que a vocação do ser humano reside em ser “mestres e donos da natureza” e que “saber é poder” – poder sobre a natureza = escrava do homem.

36 - O sistema social dentro do qual vivemos é profundamente antiecológico, diz Boff (1999). Foi implantado na América Latina a partir da conquista européia no século XVI, com a virulência do genocídio e ecocídio.

37 - Diversina Topanotti, moradora do município de Dois Vizinhos. In: Faz Ciência, In: Faz Ciência: Revista de Ciências Humanas/Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão – v. 1 – nº 1, Francisco Beltrão, 1997, p. 124.

38 - Antonia Cantini. In: Faz Ciência, Revista de Ciências Humanas/Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão – v. 1 – nº 1, Francisco Beltrão, 1997, p. 124.

39 - Chanlat (1996) aborda o choque entre o universo feminino e o mundo das organizações amplamente dominado por valores masculinos.

Referências

BOFF, Leonardo. **Ética da vida**. Brasília: Letraviva, 1999. 246 p.

BONETI, Lindomar W. Formação e apropriação do espaço territorial do sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson F.; FLÁVIO, Luiz C.; SANTOS, Roseli A. (Org.). **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005, 296 p. p. 109-124.

CARVALHO, José M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 236 p.

CHANLAT, Jean-François. O ser humano, um ser simbólico. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. Tradução: Ofélia de Lanna Sette Tôres. São Paulo: Atlas, 1996. v. III. 300 p. p. 227-230.

FERES, João B. **Propriedade da terra: opressão e miséria; o meio rural na história social do Brasil**. Nijmegen/Holanda: CEDLA, 1990. 657 p.

GOHN, Maria G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997. 400 p.

GOMES, Iria Z. **Terra & subjetividade: a recriação da vida no limite do caos**. Curitiba: Criar, 2001. 198 p.

GRAZIANO DA SILVA, José; SAMPAIO, Plínio Arruda. A questão agrária no Brasil. **Boletim da ABRA**, Campinas, n. 3, p. 12, 1988.

GRZYBOWSKI, Cândido. Os movimentos sociais e o processo de organização dos camponeses. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 87, p. 50-60, nov./dez., 1983.

HESPANHOL, Antonio N. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Revista Faz Ciência: Revista de Ciência Humanas da Fundação Faculdade de Ciência Humanas de Fco. Beltrão**, Francisco Beltrão, v. 1, n. 1, p. 38-49, 1997.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 8. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 256 p.

LINHARES, Maria Y. L.; SILVA, Francisco C. T. da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 211 p.

MAEDER, Othon. **A rebelião agrária do Sudoeste do Paraná em 1957**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1958. 33 p.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **O poder do atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994. 174 p.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. Coleção caminhos da Geografia. 164 p.

SAQUET, Marcos A. et al. Impactos da agroindústria integradora na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson F.; FLÁVIO, Luiz C.; SANTOS, Roseli A. (Org.). **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Unioeste, 200. 296 p. p. 141-164.

TORRENS, João C. S. **Movimentos sociais no campo na região Sudoeste do Paraná: avaliação e perspectivas**. Curitiba: DESER, 1994. 56 p.

VERONESE, Claudino D. **O papel pedagógico da ASSESOAR no apoio à estruturação da cidadania dos ex-posseiros do Sudoeste do Paraná**. 1998. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Ijuí, UNIJUI/RS, Ijuí, 1998.

WACHOWICZ, Rui C. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2. ed., Curitiba: Vicentina, 1987. 248 p.

WANDERLEY, Maria N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX, 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996. 1 CD-ROM.